

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Mai 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

VOLUME 10 |

PRESENTE E FUTURO

No início do século XXI, a impressão do *Diário da República* chegou ao fim, dando lugar ao *Diário da República Eletrónico* (DRE).

Com a esperada transformação do DRE em serviço público de acesso universal e gratuito, a INCM foi encontrando um novo enquadramento para a sua atividade, atualmente mais focada na produção de documentos de segurança com componente eletrónica, como é o caso do Passaporte Eletrónico Português, desde 2006, e do Cartão de Cidadão, desde 2008. Entre os documentos produzidos pela gráfica de segurança da INCM, destacam-se ainda a carta de condução, o título de residência para estrangeiros, o cartão tacógrafo digital, a cédula do advogado, o cartão de identificação de entidades fiscalizadoras e o cartão europeu de seguro na doença.



Coleção «O essencial», uma das mais duradoras e icónicas e que conta já mais de uma centena de títulos.

A INOVAÇÃO COMO PRIORIDADE

Na viragem para a década de 80, mantiveram-se tensões visíveis entre atrasos persistentes e dinâmicas modernizadoras. Por esse motivo, a mudança de gestão foi acompanhada por prioridades sintetizadas na urgência de alterar «o estado de coisas, e o próprio espírito dominante numa empresa que herdou uma tradição administrativa pouco voltada para a atuação no mercado, a braços com a fusão de 1972» e, em última instância, ultrapassar o período conturbado vivido na transição para a democracia e ajustar a INCM a um contexto incerto. As preocupações apontavam agora para a «modernização, a inovação e a expansão das atividades» como prioridade.

No mesmo sentido, perspetivou-se uma nova estrutura organizacional da empresa, em 1983, resultando na elaboração de planos de atividades por cada departamento, na revisão do sistema de planeamento da produção da Direção de Produção Gráfica e na resolução de problemas relativos à publicação do *Diário da República*, levando à criação de um grupo de trabalho que, em 1984, apresentou um relatório ao governo sobre as alterações a introduzir no funcionamento e exploração da INCM. A estratégia de reorganização do trabalho assentou na criação de dois setores — *offset* e amoedação — e na definição de quatro projetos de investimento, dos quais três concentrados na Casa da Moeda (impressão de notas, impressão de selos e renovação do setor fabril da amoedação) e um relativo às novas instalações fabris da Imprensa Nacional.

Entre os serviços que beneficiaram da maior abertura ao mercado, destacava-se entretanto o laboratório para análises de papel, que, em 1983, registou um aumento do número de testes pedidos pela indústria papelreira e gráfica, confirmando o rigor crescente perante as exigências de qualidade da matéria-prima. Este laboratório era também responsável pelos testes da liga tipográfica e do papel utilizado para as necessidades internas da empresa, além do setor gráfico português. A modernização de instalações e tecnologia passou ainda, na área da produção gráfica e do livro, pela compra de equipamento de formulário contínuo e de *snap-out*, de uma máquina de cintar para publicações oficiais, pela informatização das assinaturas das mesmas publicações, pela atualização do sistema informático e pela compra de equipamento destinado a completar a linha de produção de livro.

A remodelação de instalações, prolongada pelas décadas seguintes, foi acompanhada pela renovação do parque gráfico que, no final da década de 1980, contou com novos equipamentos para modernização da pré-impressão (fotocomposição, montagem e paginação) e de impressão *offset* a quatro cores. Em 1991, as condições de produção estavam estabilizadas e o Departamento Gráfico melhorou resultados, em grande medida decorrentes da produção de publicações oficiais, impressos e livros.

No plano comercial, por outro lado, a posição tradicional da Imprensa Nacional, nomeadamente a detenção de exclusivos, foi sendo alterada a favor de vários departamentos públicos entretanto equipados para assegurar esta produção e de empresas privadas, que também ocuparam uma parte da posição

desta área de impressão. Mesmo assim, a INCM manteve uma posição favorável no mercado. Também as lojas passaram por remodelações e alterações de competências. Em 1992, o antigo Gabinete Editorial passou a fazer parte do Departamento de Edições e Lojas, procurando-se com esta integração promover uma melhor coordenação da atividade editorial com os respetivos representantes de vendas, que incluíam livros, impressos, o *Diário da República* mas também moedas e medalhas. Em dezembro de 1993, a loja da Rua do Marquês Sá da Bandeira, em Lisboa, foi reaberta após remodelação profunda, agora com um «espaço amplo, moderno e funcional».

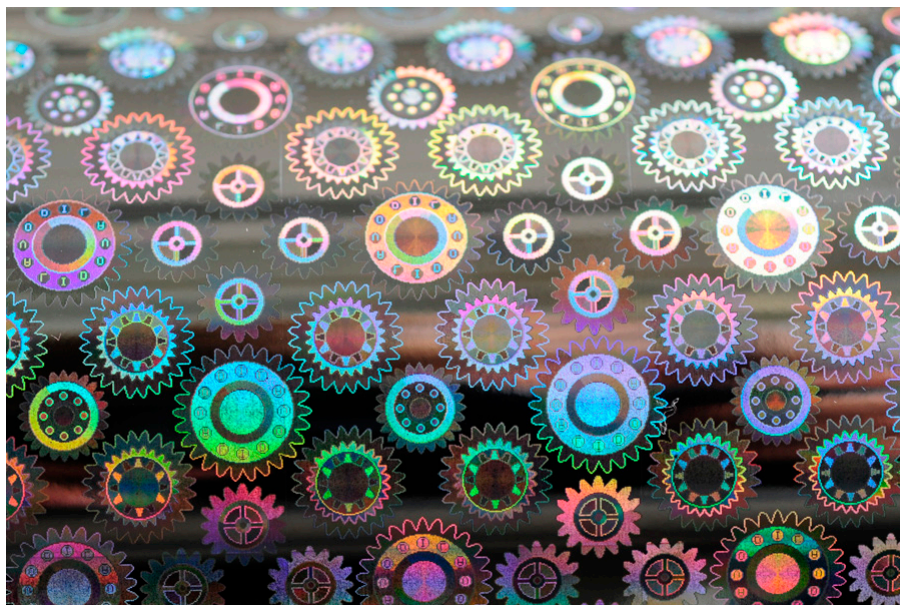
Livraria da INCM na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Aberta ao público desde 2018. Fotografia de Nuno Silva.



No plano tecnológico, os anos 1990 introduziram várias transformações do edifício e do parque industrial da Imprensa Nacional. A Fotocomposição e a Impressão receberam novos equipamentos, incluindo uma nova rotativa para impressão de publicações oficiais. Em 1996, foi posto em produção diária o sistema *computer to plate*, permitindo normalizar a produção de chapas de impressão. Refira-se ainda, no que diz respeito à produção gráfica de segurança, a introdução do projeto de produção de hologramas, em 1995, desenvolvido em articulação com o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.

No seu conjunto, este esforço de modernização tecnológica, desenvolvido entre 1994 e 1998, introduziu mudanças na produção, designadamente em matéria de automatização de alguns pontos dos processos de fabrico, com investimentos na informatização do *Diário da República*, na impressão de publicações oficiais periódicas e, já no espaço fabril da Casa da Moeda, nos processos de impressão e personalização de cartões bancários e não bancários, além dos hologramas de segurança.

A produção de hologramas pela INCM, desde 1997, integra a gráfica de segurança e o conjunto de produtos destinados a prevenir a falsificação.



LUSOFONIA

O fim do período colonial, a partir de 1974, e o conjunto de transformações introduzidas pela transição democrática abriram caminho a novos processos de cooperação e entendimento com os espaços de língua portuguesa. Ao longo dos anos 1980, a INCM acompanhou o processo de transformação das relações políticas, culturais e económicas com os países africanos de expressão portuguesa, num contexto de crescente especialização da política cultural externa. Durante o Estado Novo, estas Imprensas oficiais tinham sido desenvolvidas localmente mas também acompanhadas pela Imprensa Nacional de Lisboa, através do fornecimento de material, equipamento e mesmo pelo recrutamento e formação de pessoal especializado. Simultaneamente, a regulamentação das oficinas tipográficas e dos serviços das diferentes Imprensas tinha conferido a autonomia necessária à respetiva produção de publicações oficiais e outros documentos.

Da reformulação de relações com os novos países de língua portuguesa decorreu a celebração de acordos de colaboração, como sucedeu entre as Imprensas de Portugal e Cabo Verde, em 1987, onde foi também celebrado acordo com o Instituto Cabo-Verdiano do Livro, ou na estruturação de medidas de cooperação, como foi o caso de Angola, em abril de 1989, a partir das quais se definiram iniciativas comuns destinadas à recuperação e reparação de equipamento gráfico, à formação de pessoal e coedição de obras. Nesse ano, a estratégia de cooperação da INCM tornou-se mais evidente através de diversos apoios, sobretudo na área gráfica, incluindo formação profissional e oferta de produtos essenciais, a par da participação em feiras de livros.

A partir da década de 1990, a realização de um primeiro conjunto de Encontros das Imprensas Nacionais dos Países de Língua Portuguesa permitiu

afirmar a rede e o potencial de trabalho conjunto para o futuro. Desde logo, e simultaneamente, foi dada continuidade ao conjunto de ações de cooperação da INCM com os países africanos de língua portuguesa, pensando estratégias de recuperação e modernização das suas Imprensas Nacionais a par das edições conjuntas. Nos anos seguintes, a empresa prosseguiu a política de colaboração, proporcionando estágios de formação, missões de cooperação e apoio e a participação em encontros oficiais. A partir de 2000, no Encontro de Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, definiram-se as bases da sua aproximação, do fortalecimento de «princípios comuns que regem a publicidade e a divulgação dos atos oficiais», constituindo também um estímulo para a valorização da língua portuguesa.

No mesmo sentido, e apontando para um reforço contínuo desta aproximação, a Carta do Rio de Janeiro, de 2012, anunciou o estímulo à «criação de Museus de Imprensa em cada país membro, podendo ser disponibilizado nos seus respetivos portais», reafirmando ainda a «vocação editorial das imprensas oficiais de língua portuguesa» associada a dinâmicas de intercâmbio e divulgação entre parceiros. A intensificação destas relações institucionais foi sublinhada na Carta de Salvador, de 2015, «como forma de manter intercâmbio político e de conhecimentos, incluindo formação técnica e transferência de tecnologia com o objetivo de capacitar de forma eficaz a sua estrutura laboral». O fórum reunido no ano seguinte viria, entretanto, recomendar que, «na medida do possível, as instituições continuem o esforço de transição para o ‘mundo digital’».

Nos anos mais recentes, e apontando no sentido da internacionalização da sua atividade, a presença da INCM nos países de língua oficial portuguesa foi alargada aos produtos gráficos de segurança, nomeadamente com o cartão de identidade e eletrónico de Cabo Verde, o passaporte eletrónico de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e ainda o sistema de certificação eletrónico de Moçambique.

Por outro lado, e mais recentemente a promoção da cooperação e da língua portuguesa tem vindo a concretizar-se também através de estímulos como o Prémio Literário INCM/Ruy Cinatti, instituído pela INCM em 2010, com vista à promoção da expressão em língua portuguesa em Timor-Leste, o Prémio INCM/Eugénio Lisboa, criado em 2017, «destinado a selecionar trabalhos inéditos de grande qualidade no domínio da prosa literária, incentivando desta forma a criação literária moçambicana», e o Prémio Literário Arnaldo França, com primeira edição em 2018, destinado a trabalhos inéditos, em língua portuguesa, da autoria de cidadãos cabo-verdianos ou residentes em Cabo Verde há mais de cinco anos. A criação deste conjunto de prémios converge nos propósitos de promoção da língua portuguesa, cujo valor cultural e patrimonial é reconhecido como parte integrante da vocação da INCM.

Para contemplar todo o espaço lusófono, foram também iniciados os projetos de lançamento de um prémio dedicado à criação literária são-tomense, a designar-se Prémio INCM/Almada Negreiros, em fase de aprovação, de um novo prémio destinado à produção angolana e ainda do prémio literário



XII ENCONTRO IOLP
IMPRESAS OFICIAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA
CIDADE DA PRAIA - 16 e 18 NOVEMBRO 2017



icv

Divulgação do XII Encontro de Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, realizado em Cabo Verde em novembro de 2017.

INCM/Ferreira de Castro, criado em parceria com Ministério dos Negócios Estrangeiros em 2019 e destinado a distinguir ficção, poesia e ensaio produzidos por cidadãos portugueses na diáspora.

A valorização da produção literária nestes países e a criação de meios para a sua disseminação passou assim a fazer parte da própria missão editorial da Imprensa Nacional no sentido da afirmação da língua portuguesa fora do espaço europeu.

PELO ACESSO UNIVERSAL E GRATUITO: DRE

A criação de suportes e plataformas digitais — que a partir da década de 1990 cresceu exponencialmente, sobretudo com a expansão da Internet — deu lugar à reformulação de uma parte da atividade da INCM que desde então tem vindo a adaptar-se ao universo digital. Neste contexto, atendendo à política de acesso livre e gratuito à legislação e procurando acompanhar a prática de vários países europeus, iniciou-se o estudo da divulgação e acesso ao conteúdo do *Diário da República* (legislação, atos societários e anúncios) através de suportes informáticos. Os trabalhos foram então desenvolvidos no sentido de aumentar a acessibilidade do Jornal Oficial, designadamente pela criação de uma base de dados relativa aos anúncios e de outra relativa a atos societários, além da base de dados relativa à legislação. Em 1997, a INCM lançou por fim o *Diário da República Eletrónico* (DRE), através do qual tornou disponível a informação da 1.ª e 3.ª séries através de suportes CD-ROM e da Internet. Em seis meses, registaram-se mais de 40 mil acessos à base de dados de legislação compreendendo o período de 1984 a 1997. A versão eletrónica do Jornal Oficial passou ainda a incluir um registo de acesso livre e gratuito.



Com a progressiva adaptação às plataformas digitais, evoluiu também a reflexão em torno dos desafios e problemas do acesso virtual à informação de carácter oficial. O primeiro encontro promovido na Europa dedicado aos Jornais Oficiais e Novas Tecnologias de Informação foi acolhido em Portugal e pela INCM, em 1999, numa altura em que se impunha uma «análise das alterações políticas, jurídicas e tecnológicas decorrentes do processo de integração europeia e do desenvolvimento das novas tecnologias de informação», contando com um representante do *Jornal das Comunidades Europeias* e dos representantes dos jornais oficiais de Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália.

A implantação definitiva do DRE entre profissionais da área do direito e junto do público em geral, em 1999, refletiu mais de 400 000 acessos *online* e a rápida adesão às bases de dados acessíveis na Internet, incluindo a base de acesso gratuito às datas de distribuição efetiva do *Diário* e aos 15 dias mais recentes da 1.ª série. A partir de 2005, e complementando o estabelecido pela Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, que previra a inclusão de um registo de acesso livre e gratuito da versão eletrónica do *Diário da República* do qual constassem as datas da sua efetiva distribuição, este registo passou a fazer «prova para todos os efeitos legais», abrangendo as edições do Jornal Oficial desde 25 de abril de 1974. Por diploma do ano seguinte, passou a ser reconhecido por lei o valor, para todos os efeitos legais, dos atos publicados no *site* www.dre.pt. Na mesma altura, o Decreto-Lei n.º 116-C/2006, de 16 de junho, tinha estabelecido «como serviço público o acesso universal e gratuito ao *Diário da República* e as demais condições da sua utilização». O preâmbulo do diploma materializou esta abertura nos valores democráticos:

Para fazer funcionar a democracia é essencial dispor de informação de qualidade, atempada e credível, cabendo ao Governo promover a sua disponibilização através da adoção de medidas de modernização e de abertura das formas de acesso ao direito pelos cidadãos.

Entre as preocupações associadas à medida legislativa estava a desburocratização do Estado e a agilização de relações com os cidadãos, permitindo agora a «impressão, arquivo e pesquisa» da lei e conseqüente aprofundamento do seu conhecimento, sendo que:

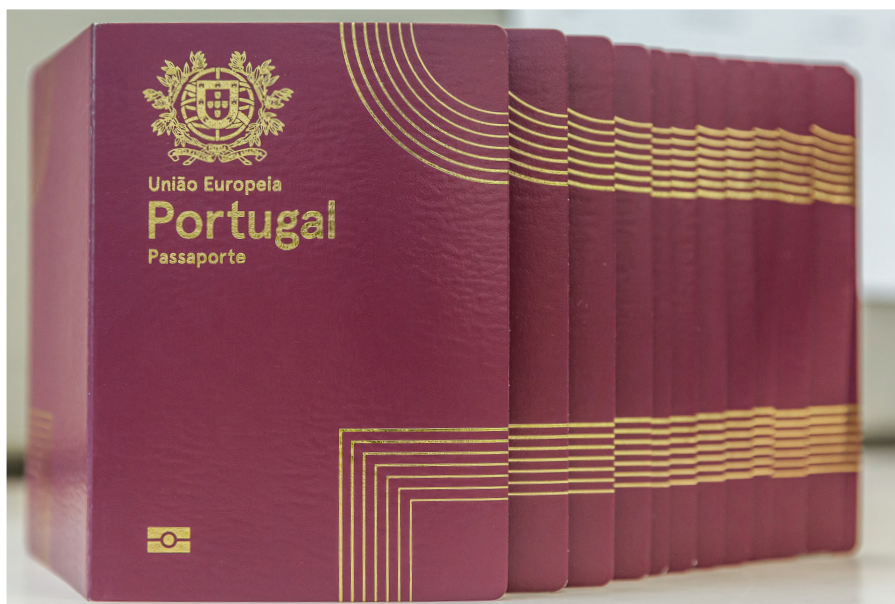
O acesso gratuito pelo cidadão à edição eletrónica do *Diário da República*, com a possibilidade de impressão, arquivo e pesquisa, constitui um meio privilegiado de universalizar o acesso à lei e de aprofundar, conseqüentemente, o Estado de direito democrático. A divulgação aberta do *Diário da República* traduz um serviço público indispensável para o reforço e para o exercício de uma cidadania ativa e impõe-se com a generalização das novas tecnologias de informação e comunicação.

O novo regime introduziu ainda medidas de racionalização e simplificação dos atos a publicar, levando ao reordenamento da 2.ª série e à extinção da 3.ª série. O acesso à legislação histórica foi ainda alargado no contexto das comemorações do centenário da República, em 2010, com a disponibilização, a partir do ano seguinte, da 1.ª série do *Diário do Governo* desde 1910. Inicialmente, foram colocados *online* os *Diários* dos primeiros 50 anos após a implantação da República, estendendo-se depois ao restante século xx.

Se, por um lado, o investimento crescente na edição digital estimulou a modernização de sistemas, nomeadamente com a substituição do sistema *Edicom* pelo D & MP em 2007, por outro, a crescente consulta digital teve também

como consequência inevitável a quebra de vendas da edição em papel do *Diário da República*, que só de 2007 para 2008 atingiu os 39%, com perdas na ordem dos 444 000 euros. Além disso, a transformação do DRE em serviço público de acesso universal e gratuito refletiu-se numa perda de volume de negócios que, sendo expectável, conduziu a um novo enquadramento da atividade da INCM, agora mais focada na produção de documentos de segurança com componente eletrónica — designadamente do Passaporte Eletrónico Português e do Cartão de Cidadão. Em 2014, o DRE passou por alterações de grafismo, de forma a melhorar a pesquisa e navegação, e recebeu um novo sistema de edição orientado para a poupança de recursos e a melhoria da capacidade de resposta, nomeadamente na inserção de anúncios. Nesta altura, o *Diário da República* passou a estar disponível numa nova plataforma, incluindo as bases de dados histórica, de análise jurídica e um tradutor de termos jurídicos multilingue.

Passaporte eletrónico português, atualmente produzido na unidade gráfica da Casa da Moeda. Fotografia de Nuno Silva.

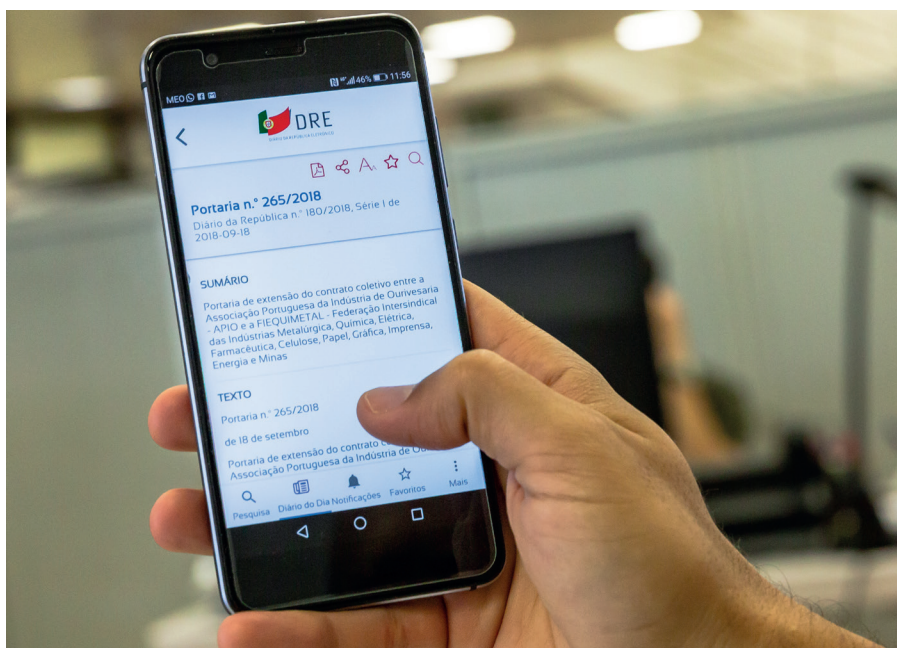


O convívio entre a versão impressa — ainda destinada a assinantes — e a versão digital chegou ao fim pouco depois. Por diploma de dezembro de 2016, o *Diário da República* passou a ser exclusivamente editado por via eletrónica, pondo fim a mais de dois séculos de impressão do Jornal Oficial e, consequentemente, ao sistema de assinaturas, a partir do ano seguinte.

Mas a transição para o acesso aberto não significou o fim da intervenção da INCM na edição e disponibilização do Jornal Oficial. Pelo contrário, representa novos desafios no plano da investigação e do desenvolvimento de plataformas no que diz respeito à interoperabilidade de sistemas em contexto europeu e à conceção de mais e melhores ferramentas de pesquisa. De resto, e a este nível, o papel da INCM tem-se destacado à escala internacional: em 2 de outubro de 2018, o EU Datathon atribuiu o segundo prémio à aplicação *ELIon Go*,

desenvolvida por Miguel Silva e Miguel Palma. A aplicação, premiada na categoria temática «Direito nacional e europeu — Facilitar a interoperabilidade da legislação», tem por objetivo disponibilizar ao cidadão comum, de forma intuitiva e integrada, toda a legislação dos vários Estados-membros com recurso a pesquisas personalizadas e associadas ao *thesaurus* europeu (EuroVoc), tornando-se uma referência para a consulta rápida de atos legais. O concurso, organizado pelo Serviço das Publicações da União Europeia, destina-se ao desenvolvimento de aplicações que promovam as ligações entre os dados da UE e os dados dos Estados-membros e a reutilização dos dados abertos disponibilizados pelas instituições e agências da UE no Portal de Dados Abertos.

Atualmente, o DRE pode ser consultado no *smartphone*, através da sua aplicação, estando em desenvolvimento um novo motor de pesquisa com novas funcionalidades e personalização.



EDIÇÃO, CULTURA E MODERNIDADE

A transformação da INCM em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, em maio de 1999, conferiu-lhe uma maior abertura a setores de atividade concorrenciais. A mudança permitiu-lhe atuar numa lógica verdadeiramente empresarial, num processo de modernização que, no caso concreto da Casa da Moeda, pretendeu adequar-se à transição para a moeda única e, no caso da Imprensa Nacional, teve em conta «uma profunda remodelação das metodologias, técnicas, procedimentos e funções tradicionais da editora — impressora oficial». Seguindo esta lógica «mais empresarial» de gestão dos negócios tradicionais (cunhagem de moeda e edições) mas também de novas áreas de negócio associadas às novas tecnologias da informação, a INCM integrou como áreas de atuação: a edição do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*; a produção de moeda metálica e de papel-moeda, títulos da dívida pública, valores selados e outros documentos de segurança;

autenticação dos artefactos de metais preciosos; edição de obras de relevante interesse cultural; outras atividades complementares, subsidiárias ou acessórias das áreas de atuação.



Coleção «Biblioteca Fundamental da Literatura Portuguesa», editada desde 2014. Reúne um conjunto alargado de textos fundamentais da Literatura Portuguesa, enquadrados por elementos de apoio à leitura.

Com a nova configuração, a empresa reforçou o papel ativo na promoção da cultura portuguesa, através da edição de temas e autores muito diversificados que, no início do século XXI, se organizavam nas coleções:

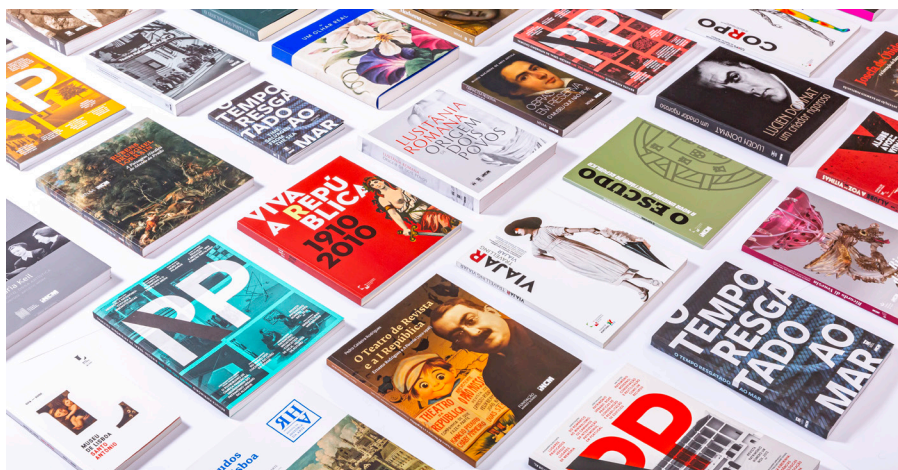
Clássicos;
 Biblioteca de autores portugueses;
 Escritores de países de língua portuguesa;
 Pensamento português;
 Estudos e temas portugueses;
Mare Liberum;
 Estudos de história de Portugal e dos portugueses;
 Sínteses da cultura portuguesa;
 Filologia portuguesa;
 Estudos gerais — Série universitária;
 Estudos gerais — Série universitária/clássicos da filosofia;
Symbolon;
Musarum Officia;
 Presenças da imagem;
 Arte e artistas;
 Enciclopédia *Einaudi*;
 Essencial;
 Análise social;
 Foro;
 Plural.

Além da revista *Prelo* — edição que, neste novo formato e conteúdos, foi suspensa em 2009 — e outras edições extra coleção, a Imprensa era já responsável pela edição e compilação de obras completas de José Leite Vasconcelos, Jaime Cortesão, Almada Negreiros, Vitorino Nemésio, Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro, José Régio, Domingos Monteiro e José Marinho, destacando-se, ainda, as edições críticas das obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa.

A transformação do Departamento Editorial em Unidade Editorial, em 2009-2010, adaptou a estrutura de publicações, associando a edição e comercialização do livro, além de projetos especiais. A nova unidade teve por base o equilíbrio económico-financeiro «mas também o desenho de processos que garantam um adequado relacionamento com os cidadãos». Em abril de 2013, esta orgânica transformou-se para dar lugar à nova Unidade de Publicações (UPB), que reuniu as Unidades Editorial e de Publicações Oficiais, agregando ainda o Setor de Lojas, que integrava a Direção de Marketing Estratégico, cumprindo as áreas de missão estatutária relativas à edição do *Diário da República* (DR), gestão da base de dados do DRE e edição de obras de relevância cultural ou destinadas a colmatar falhas de mercado, no domínio técnico-científico e de divulgação temática.

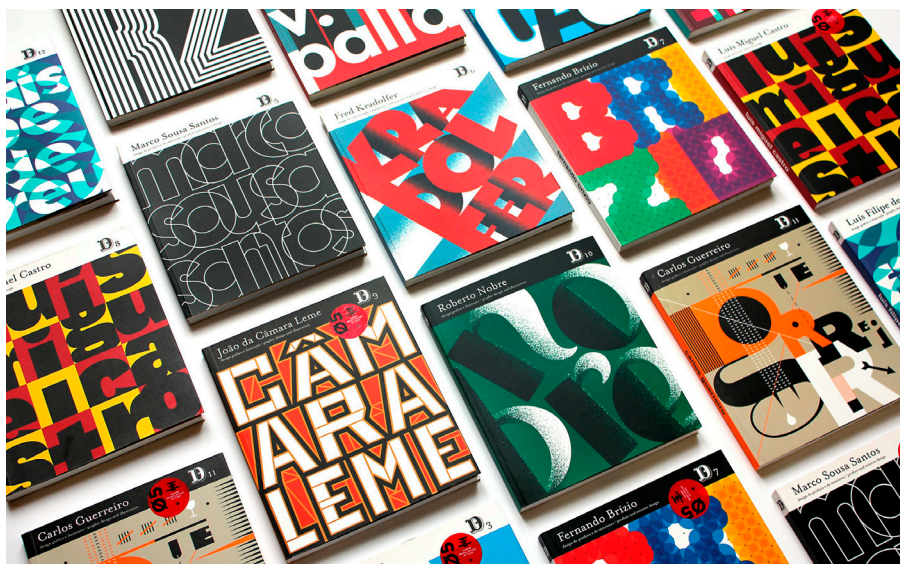
A estratégia editorial da INCM foi orientada, a partir desta altura, para o alargamento de parcerias com entidades públicas e privadas para colaboração editorial, designadamente de vocação cultural. Foi o caso da parceria estabelecida com a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, em 2010, no âmbito da qual se publicaram os catálogos das exposições e coleções temáticas, e com várias outras entidades, como museus e teatros nacionais (Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional de Arqueologia, Palácio Nacional da Ajuda, Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Nacional de S. João), também para a publicação de catálogos de exposições e outras edições ligadas às suas áreas de atuação, como é o caso das *Biografias do Teatro Português*, coeditadas com os dois teatros, ou da *RP — Revista Património*, com a Direção-Geral do Património Cultural.

Catálogos e edições de museus e exposições publicados através da Imprensa Nacional.



Os planos editoriais passaram ainda a incorporar, além das coleções que mantêm continuidade, catálogos de exposições e novidades como a coleção «D» (dedicada ao *design*), edições infantojuvenis, incluindo a coleção «Grandes vidas Portuguesas» e a série «Ph», dedicada à fotografia e lançada no final de 2017. Pelo seu significado histórico, vale a pena mencionar ainda a parceria estabelecida com a Imprensa da Universidade de Coimbra que, após décadas de desaparecimento, foi reativada em 1998, reunindo atualmente um largo número de coleções onde se conta a edição do *Compêndio de Gil Vicente*, publicado em 2018, conjuntamente com a Imprensa Nacional, sob a coordenação de José Augusto Cardoso Bernardes e José Camões.

Alguns exemplares da Coleção «D», dedicada exclusivamente aos *designers* portugueses em versão monográfica.



Coleção «Grandes Vidas Portuguesas». Edição em parceria, composta por biografias de nomes da história e da cultura portuguesa escritas e ilustradas para o público juvenil.



Mais recentemente, e atendendo à importância histórica da Imprensa Nacional, foram tomadas medidas no sentido da valorização do seu património edificado: pela Portaria n.º 229/2013, no ano em que se cumpriram 100 anos sobre a sua conclusão, o edifício da Imprensa Nacional foi classificado como imóvel de interesse público por representar um «testemunho notável de vivências ou factos históricos, ao seu valor estético, técnico e material intrínseco, à sua conceção arquitetónica e urbanística e à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva». Presentemente, a Imprensa Nacional representa também a missão de serviço público da INCM em matéria de atividade cultural, acolhendo um largo conjunto de iniciativas destinadas ao público em geral. A Biblioteca da Imprensa Nacional, que acolhe uma parte importante destas iniciativas, continua a receber visitantes, entre leitores e público dos eventos. Só no primeiro semestre de 2018, acolheu 40 iniciativas que incluíram a apresentação de livros, concertos, o clube de leitura, a gravação de programas, seminários e colóquios internacionais, reunindo mais de 1300 visitantes e diversos parceiros institucionais e culturais. A estas iniciativas, e ao crescente número de edições premiadas ou distinguidas pelo Plano Nacional de Leitura, soma-se ainda o conjunto de eventos realizados fora da INCM, marcando, inclusivamente, várias presenças internacionais.

Em 2017, consciente da sua missão histórica e procurando refletir nestes 250 anos da Imprensa Nacional um legado para o futuro, a INCM entendeu criar a chancela Imprensa Nacional, cuja imagem foi criada pelo *designer* Eduardo Aires, também autor do selo e da moeda comemorativos.

Um dos concertos acolhidos na biblioteca da Imprensa Nacional no âmbito da programação cultural promovida pela INCM.



Datas importantes

1997	Lançamento do Diário da República Eletrónico (DRE).
Abril de 1998	Realiza-se em Lisboa, por iniciativa da INCM, um Fórum dedicado ao tema Jornais Oficiais e Novas Tecnologias da Informação – o primeiro do género realizado na Europa, com a participação de representantes do Jornal das Comunidades Europeias, dos Jornais Oficiais de Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália.
19 de maio de 1999	É transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a denominar-se Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.. Embora mantendo as suas atribuições públicas e as funções exercidas em regime de exclusivo, passa a poder atuar numa lógica empresarial e concorrencial.
2000	Participa no 1º Congresso de Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, que teve lugar no Recife.
2 de setembro de 2000	Criação da PARPÚBLICA — Participações Públicas (SGPS), S. A., através da qual é reorganizada, sob a forma empresarial, a gestão da carteira de títulos do Estado e do património imobiliário público. A PARPÚBLICA passa a deter 100% da INCM.
2003	Coordena um grupo de trabalho encarregado de estudar estratégias futuras, tendo em conta as novas tecnologias de informação, no âmbito do cinquentenário do <i>Jornal Oficial da UE</i> .
30 de junho de 2006	É reconhecido por lei o valor, para todos os efeitos legais, dos atos publicados no <i>site</i> www.dre.pt .
2007	Início da produção do <i>Diário da República</i> no sistema de impressão digital.
2008	No centro fabril da Imprensa Nacional, produz-se, em escala industrial, o novo selo de tabaco com holograma.
22 de janeiro de 2009	Protocolo de cooperação com o Instituto Camões com vista à disponibilização <i>online</i> , através da Biblioteca Digital Camões, de obras em formato digital editadas pela INCM.
[2009-2010]	Reestruturação da Unidade Editorial, sendo-lhe atribuídas novas competências. É definida uma estratégia de alargamento de públicos e modernização do <i>design</i> e da sua linha editorial.

2010	Instituição do Prémio Literário INCM/Ruy Cinatti pela INCM. Destina-se à promoção da expressão em língua portuguesa em Timor-Leste.
2010	São desenvolvidas duas novas coleções, «Temas Sociais» e «Biblioteca Eduardo Prado Coelho», e renovadas quatro coleções mais emblemáticas: «Temas Portugueses», «Essencial», «Estudos Gerais» (Série Universitária) e «Biblioteca de Autores Portugueses».
2011	Na unidade fabril da Imprensa Nacional, inicia-se a produção e personalização do novo selo de autenticação para a Inspeção-Geral das Atividades Culturais.
2011	Criação das coleções «Observadores», «Olhares», «Coleção D» e «Coleção de Teatro» (parceria com a SPA).
2013	Celebração de 13 novos protocolos de colaboração editorial com diversas entidades, nomeadamente de natureza cultural.
2014	Nova plataforma eletrónica através da qual é disponibilizado o <i>Diário da República</i> , incluindo um tradutor de termos jurídicos de português para inglês, francês, alemão e espanhol e uma base de legislação consolidada.
2015	Criação do Prémio INCM/Vasco Graça Moura, destinado à promoção de trabalhos inéditos nas áreas da poesia, do ensaio e tradução.
16 de dezembro de 2016	Decreto-Lei nº 83/2016, que aprova como serviço público o acesso universal e gratuito ao <i>Diário da República</i> , passando a ser exclusivamente publicado por via eletrónica.
2016	Primeira edição do Prémio Inovação INCM.
2017	Primeira edição do Prémio INCM/Eugénio Lisboa, destinado à promoção de trabalhos inéditos de prosa literária de autores moçambicanos ou residentes em Moçambique há pelo menos 10 anos.
1 de junho a 18 de junho de 2017	A nova marca «Imprensa Nacional» é dada a conhecer ao público na Feira do Livro de Lisboa.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

I. ARQUIVOS

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Arquivo Histórico da Imprensa Nacional
Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Biblioteca

2. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Diário da República

3. DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

INCM, *Relatório Anual*, 1989.

INCM, *Relatório do Conselho de Administração* [1990-1999].

INCM, *Relatório e Contas* [1986; 2007-2018].

INCM, *Relatório, Balanço e Contas de Resultados*, [1972-1985; 1987-1988].

4. DOCUMENTAÇÃO DAS IMPRENSAS OFICIAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carta do Recife, I Encontro de Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, de 9 de junho de 2000.

Carta do Rio de Janeiro, VIII Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, de 23 de março de 2012.

Carta de Salvador, X Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, de 27 de março de 2015.

Carta de Lisboa, XI Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, de 11 de novembro de 2016.

5. JORNAIS E REVISTAS

Matrix. Boletim Interno — Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

6. RECURSOS DIGITAIS

www.arquivo.pt

www.dre.pt

<https://www.incm.pt/>

N 2510

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.